

Criação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU (Lei Municipal nº 13.396/2002);

1. À Secretaria Municipal de Segurança Urbana incumbe, exceto:

- a) receber através de serviço disque-denúncia denúncias de vandalismo praticado contra os equipamentos públicos municipais;
- b) **estabelecer relação com os órgãos de segurança estaduais e federais, visando ação integrada no Município de São Paulo, excetuados o planejamento e integração das comunicações**
- c) contribuir para a prevenção e a diminuição da violência e da criminalidade, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos;
- d) valer-se de dados estatísticos das polícias estaduais para o estabelecimento de prioridades das ações de segurança urbana municipal;
- e) implantar postos fixos da Guarda Civil Metropolitana em pontos estratégicos de acordo com o interesse da segurança urbana;

2. À Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana compete:

- a) coordenar a política de segurança urbana do Município de São Paulo;
- b) indicar o Comandante da Guarda Civil Metropolitana;
- c) decidir, por despacho, os processos de inquérito administrativo, nos casos de repreensão ou suspensão resultantes de desclassificação da infração ou de abrandamento da penalidade;
- d) decidir, por despacho, os processos de inquérito administrativo, nos casos de absolvição;
- e) **apreciar as representações que lhe forem dirigidas relativamente à atuação irregular de servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana;**

6. Atribuições da Guarda Civil Metropolitana (Lei Municipal nº 13.866/2004);

3. Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, principal órgão de execução da política municipal de segurança urbana, de natureza permanente, uniformizada, armada, baseada na hierarquia e disciplina, tem as seguintes atribuições, exceto:

- a) prevenir e inibir atos que atentem contra os bens, instalações e serviços municipais, priorizando a segurança escolar;

- b) intervir, gerenciar e mediar conflitos e crises em bens, serviços e instalações municipais ou relacionadas ao exercício de atividades controladas pelo poder público municipal;
- c) atuar, em parceria com outros Municípios e órgãos estaduais e da União, com vistas à implementação de ações integradas e preventivas;
- d) atuar na proteção de pessoas em situação de risco, encaminhando e apoiando as ações sociais, em conformidade com os programas e ações integradas;
- e) **fiscalizar o comércio ambulante nos logradouros privados.**

4. Com base na fiscalização do comércio ambulante, assinale a alternativa correta:

- a) **Considera-se vendedor ou prestador de serviços nas vias e logradouros públicos o ambulante regular, por conta própria ou mediante relação de emprego, e aquele que exercer tal atividade irregularmente.**
- b) Todo material apreendido pela Guarda Civil Metropolitana deverá ser acondicionado, por servidor ocupante de cargo ou função de Agente de Apoio, em saco apropriado, sendo este fechado por lacre e imediatamente descartado;
- c) A responsabilidade pela inviolabilidade dos lacres, durante o transporte das mercadorias até a Subprefeitura, é dos servidores que efetuarem essa operação, cabendo exclusivamente ao Poder Judiciário apurar eventual responsabilidade.
- d) Os vendedores ou prestadores de serviços nas vias e logradouros públicos, quando irregulares, sujeitar-se-ão exclusivamente à penalidade de multa.
- e) Os documentos originados pelas ações de fiscalização definidas nesta lei deverão sempre ser encaminhados pela Guarda Civil Metropolitana à Prefeitura, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, para que tenha prosseguimento a ação fiscal.

5. Acerca das mercadorias apreendidas em sede de fiscalização do comércio ambulante, analise as assertivas.

I – A Subprefeitura é responsável pela guarda, conservação e manutenção das mercadorias apreendidas, bem como pela inviolabilidade dos lacres, durante o período em que os sacos permanecerem sob sua custódia, cabendo-lhe, caso seja constatada violação de lacres, adotar as providências para apuração de eventual responsabilidade dos servidores pela prática de atos ilícitos.

II – A devolução das mercadorias a seus proprietários será efetivada pelo setor competente da Subprefeitura, mediante a apresentação da segunda parte do lacre e da nota fiscal de compra da mercadoria apreendida.

III – O Subprefeito designará comissão com a finalidade de elaborar laudo de avaliação das mercadorias apreendidas, constituída por, no mínimo, 2 (dois) servidores.

IV – O laudo deverá indicar o estado de conservação das mercadorias, o tipo, a quantidade e o lote de cada mercadoria e, no caso de brinquedos, se atendem às normas técnicas de segurança.

Estão **incorretas** as afirmações feitas em:

- a) I, III e IV.
- b) II e IV.
- c) III e IV.**
- d) I e II.
- e) II e III.

Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo (Lei Municipal nº 16.239/2015)

6. Com base na Lei Municipal nº 16.239/2015, assinale a alternativa incorreta.

- a) Cargo é o conjunto das atribuições fixadas e hierarquizadas de acordo com o grau de complexidade e responsabilidades estabelecidas para os servidores.
- b) O estágio probatório corresponde ao período de 3 (três) anos de efetivo exercício que se segue ao ingresso do servidor na carreira do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana.
- c) O desenvolvimento do servidor do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana dar-se-á por meio da promoção horizontal, progressão e promoção vertical, mediante a edição de atos de competência do Secretário Municipal de Segurança Urbana, nos termos desta lei.
- d) Promoção vertical é a passagem do servidor do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana da categoria em que se encontra para a categoria imediatamente superior, dentro do mesmo nível da carreira.**
- e) Pela sujeição ao Regime Especial de Trabalho Policial – RETP, os servidores do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana farão jus a uma gratificação de 80% (oitenta por cento) a 200% (duzentos por cento) calculada exclusivamente sobre o padrão de vencimento.

7. Analise as afirmativas acerca da Lei Municipal nº 16.239/2015:

I – Os servidores do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana ficam sujeitos à jornada de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais.

II – A jornada de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais corresponderá à prestação de 8 (oito) horas diárias de trabalho.

III – É obrigatória, para os integrantes do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana, a realização de programa de atividades físicas, de 4 (quatro) horas semanais, inclusas na jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

IV – ao cumprimento em regime de plantão.

Estão corretas as afirmações feitas em:

a) I, II, III e IV.

b) I, II e IV.

c) I, III e IV.

d) II e IV.

e) I e III.